

GEOGRAFIA DA RESISTÊNCIA LGBTQIA+ NO BRASIL

THE GEOGRAPHY OF LGBTQIA+ RESISTANCE IN BRAZIL

LA GÉOGRAPHIE DE LA RÉSISTANCE LGBTQIA+ AU BRÉSIL

Wilians Ventura Ferreira Souza
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
wilians.ventura@unesp.br



Destaques

- Nas últimas décadas a temática da diversidade sexual e de gênero tem sido tratada e abordada por alguns pesquisadores da geografia em vários países a partir da grade curricular de disciplinas de graduação e pós-graduação.
- Uma agenda em torno da diversidade sexual e de gênero, o que possibilita uma compreensão ainda mais profunda sobre a organização e diversidade presente na diversidade.
- Esse artigo foi construído a partir de estudos sobre o Movimento LGBTQIA+, inicialmente chamado de Movimento Homossexual Brasileiro (MHB).
- Movimentos socioterritoriais e socioespaciais possuem um olhar atento para os territórios e espaços disputados, isso significa que esses movimentos se mobilizam em uma determinada porção do espaço geográfico dotada de conflitualidade, disputa, contenção e poder.

RESUMO

O presente artigo buscou discutir a trajetória do Movimento LGBTQIA+ brasileiro a partir de uma perspectiva histórico-geográfica, dando ênfase para a abordagem socioespacial e socioterritorial desse movimento tão diverso e relevante para a história de luta que se vincula a temática dos direitos humanos e cidadania no Brasil. Buscou-se a construção de um diálogo em torno das ações já consolidadas dos movimentos socioespaciais que se vinculam a diversidade sexual e de gênero, como a Parada

LGBTQIA+, até as novas tipologias de ação pensadas em diferentes movimentos tradicionais que, na atualidade, tem incorporado a temática da diversidade como um elemento necessário e fundamental para a urgente ampliação do escopo e das discussões presentes nos sujeitos que constituem essas organizações. As questões e diálogos surgem como uma centelha em busca de uma compreensão geográfica do Movimento LGBTQIA+, possibilitando uma real inteligência entre as ações e pautas construídas e o contexto sociopolítico brasileiro. Para a sua construção, adotou-se a abordagem socioespacial e socioterritorial trazendo luz para a dimensão geográfica dos conflitos que produzem a mediação e apropriação do espaço geográfico, desde o corpo até a construção de efetivas políticas públicas direcionadas para a cidadanização dessa população. Para alcançar o objetivo proposto, foi realizado um levantamento bibliográfico que buscou evidenciar os aspectos históricos, políticos e geográficos das primeiras organizações voltadas para temática LGBTQIA+ no Brasil. Posteriormente, foi construído um banco de dados e mapeamento das ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais urbanos que se vinculam à temática da diversidade sexual e de gênero e que não são movimentos exclusivamente LGBTQIA+. Observa-se que nas últimas décadas os diferentes movimentos e coletivos que foram fundados com objetivos distintos, incorporaram essa discussão e produziram um conjunto de novos significados e dimensões para a disputa urbana em consonância com as interseccionalidades presentes em sua nova formação e configuração.

Palavras-chave: LGBTQIA+. Movimentos Socioespaciais. Movimentos Socio territoriais.

ABSTRACT

This article aims to discuss the history of the Brazilian LGBTQIA+ Movement, from a historical and geographical point of view highlighting the socio-spatial and socio-territorial approach of this movement which is characterized as diverse and important to the history of the conflicts connected to the human rights and citizenship in Brazil. A discussion around the actions that have already been deployed by the socio-spatial movements of sexual diversity and gender was made, such as the LGBTQIA+ Parade, and also around a new classification of actions that were thought by different traditional movements, that have been nowadays incorporating the diversity thinking as an indispensable and fundamental element to its framework expansion and discussions with the subjects of these organizations. The questions and dialogues appear as a spark aiming at a geographical comprehension of the LGBTQIA+ movement which makes it possible to execute a real intellection between actions and policies carried out from the Brazilian socio-political context. To achieve our goals, we performed a socio-spatial and social-territorial analysis, emphasizing the geographical dimension of the conflicts that mediate and appropriate the space, starting from the body until the process of making effective public policies to reach citizenship enrollment of said people. To reach the proposed goal, we executed a bibliographic review underlining the historical, political, and geographical aspects of the first LGBTQIA+ organizations in Brazil. After, we organized a database and made maps of the actions taken by the socio-spatial and urban socio-territorial movements that are focused on sexual and gender diversity, and those who are not exclusively LGBTQIA+. It can be noted that in the last decades, the movements and groups that were founded first with other goals have been incorporating sexual diversity

and gender discussion and elaborating a new range of definitions and dimensions to analyze the urban dispute, adding intersectionalities of concepts in their new configuration and organization.

Key-words: LGBTQIA+. Socio-spatial Movements. Socio-territorial Movements.

RÉSUMÉ

Cet article essaye de discuter la trajectoire du Mouvement LGBTQIA+ brésilien, à partir d'un point de vue historique et géographique, en soulignant une approche socio-spatiale et socio-territoriale de ce mouvement aussi diverse et important dans l'histoire des luttes qui sont liées à la thématique des droits humains et de la citoyenneté au Brésil. On a construit un dialogue autour des actions déjà déployées dans les mouvements socio-spatiaux qui se connectent avec les thèmes de la diversité sexuelle et de genre, comme La Marche des Fiertés LGBTQIA+, et aussi avec les nouvelles typologies d'actions pensées au sein des différents mouvements traditionnels qui ont ajouté la thématique de la diversité comme un élément indispensable et essentiel pour l'agrandissement de ses cadres et des discussions avec les sujets de ces organisation. Les questions et les dialogues apparaître comme une étincelle à la recherche d'une compréhension géographique sur le Mouvement LGBTQIA+, ce qui a possibilité une réelle intellection entre les actions et les politiques faites à partir des contextes sociaux et politiques du Brésil. Pour réaliser cette recherche, on a parti d'une approche socio-spatiale et socio-territoriale, ce que souligne la dimension géographique des disputes que se produisent à partir de la médiation et de l'appropriation de l'espace géographique, à partir du corps jusqu'à la construction des politiques publiques efficaces destinées à la citoyennisation de cette population. Pour atteindre cet objectif, on a fait une recherche bibliographique, ce qui a eu comme objectif, mettre en évidence les aspects historiques, politiques et géographiques à propos des premières organisations sur les thèmes LGBTQIA+ au Brésil. Ensuite, on a construit une base de données et de cartographie à propos des actions de ces mouvement socio-spaciaux et socio-territoriaux urbains qui sont axés à la thématique de la diversité sexuelle et de genre, et qui ne sont pas exclusivement des mouvement LGBTQIA+. On voit que, dans les dernières décennies, les différents mouvements et collectifs qui ont été construit à partir des objectifs diverses ont ajouté à la discussion et ont produit une variété de nouvelles définitions et dimensions à la dispute pour l'espace urbain, en accord avec les intersectionnalités que sont importants à cette nouvelle formation et organisation.

Mots-clés: LGBTQIA+. Mouvements Socio-spaciaux. Mouvements Socio-territoriaux.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, perseguiu-se uma real intelecção em torno de uma das tipologias de ação do Movimento LGBTQIA+ brasileiro de maior representatividade e visibilidade – pelo menos até os dias atuais – a Parada LGBTQIA+. Buscou-se avançar em uma leitura geográfica das ações que extrapolam as Paradas LGBTQIA+ e estão sendo pensadas e produzidas no cerne de um conjunto diverso de movimentos socioespaciais e socioterritoriais, como os movimentos de luta por moradia, movimentos de luta pela terra, movimentos indígenas, movimento de trabalhadores urbanos, movimento sindical, movimento de mulheres, movimento estudantil, entre outros.

Utilizou-se a abordagem socioespacial e socioterritorial para interpretar essa ação e outras ações congêneres partindo de um olhar essencialmente geográfico e escalar em torno da espacialização da Parada e outros tipos de ações construídas pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais no Brasil, mapeados pelo Banco de Dados da Luta por Espaços e Territórios (DATA LUTA).

Dado mapeamento, revela a existência de redes, sociabilidades e territórios de resistências que sobrelevam e intensificam as dinâmicas econômicas, políticas, sociais, culturais e geográficas das cidades que realizam determinados tipos de ações voltadas para a construção de uma agenda em torno da diversidade sexual e de gênero, o que possibilita uma compreensão ainda mais profunda sobre a organização e diversidade presente na diversidade. As pautas e objetivos se interseccionam e produzem uma leitura complexa, dinâmica e potente em torno de diferentes dimensões da vida humana corporificada e materializada no espaço urbano.

Apesar de lançar uma interpretação e leitura para as ações que extrapolam a já tradicional e conhecida Parada LGBTQIA+, vale ressaltar que tal ação é reconhecida internacionalmente como uma política produzida por movimentos de base popular, tornando-se um símbolo de resistência, reivindicação e luta que potencializa as dinâmicas espaciais, as disputas por espaços, seu controle e gerenciamento, bem como a construção de sociabilidades e referências positivas no avanço da agenda gestada pelos diferentes movimentos e coletivos. No Brasil, dadas ações vêm produzindo um novo significado sobre a cidade e potencializando um conjunto de discussões que formam base para a

construção de políticas públicas, sobretudo, em estados e municípios brasileiros (PEREIRA; ARAGUSUKU; TEIXEIRA, 2023).

As ações, o movimento e os sujeitos que compõem essa diversidade se constituem como um dos pontos centrais deste artigo. Seu objetivo central está em evidenciar a partir de dados coletados pelo Banco de Dados da Luta Por Espaços e Territórios (DATALUTA), a existência de um conjunto amplo de tipologias de ações que extrapolam o formato tradicional da Parada e orientam a disputa espacial e territorial dos Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais Urbanos (MSU) que hoje vinculam suas lutas à temática da diversidade sexual e de gênero, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) são exemplos desse processo, tendo em vista que incorporaram setores, coletivos e grupos de trabalho específicos voltados para o combate da discriminação e preconceito dentro e fora de suas ocupações.

Os movimentos socioespaciais e socioterritoriais tecem lutas, constroem espaços de esperança, se territorializam, se desterritorializam, edificam outras possibilidades e, assim, se constroem enquanto movimentos complexos, dinâmicos e diversos, não somente no engendramento de metodologias orientadas para a mediação ou apropriação do espaço, o que revela a sua forma-conteúdo-identidade socioespacial ou socioterritorial, mas também para a densidade de pautas e agendas que estão presentes na diversidade desses coletivos e movimentos (FERNANDES, 1999; 2000; 2008; 2009; 2012; 2013).

A priori pensou-se que o Movimento LGBTQIA+ fosse apenas mais uma organização efêmera que se limitava a atuação por períodos centralizando suas estratégias a Parada LGBTQIA+ e outras ações pontuais, mas havia nessa ideia alguns equívocos identificados a partir da pesquisa de Souza e Feliciano (2019), revelando uma intensa interação histórica, política, cultural e geográfica ao longo de décadas após a fundação do primeiro grupo organizado, possibilitando uma visualização panorâmica da cartilha de tipologias de ações construídas por esses movimentos do passado ao presente.

O Movimento por ser uma construção coletiva traz em seu bojo uma gama complexa de relações e potencialidades, as formas de manifestação são variadas e as maneiras de construí-las também, porque as vidas que compõem esse conjunto também são particulares e diversas, em um só sujeito é possível identificar uma série de diferenças

que produzem atributos importantes para a manutenção e permanência de um movimento que tem como foco central a diversidade em todas as instâncias da vida e representação. Dessa forma, se constrói o que é diverso em uma terra repleta de interseccionalidades e reciprocidades.

A divisão das discussões e tópicos presentes nesse artigo, ressaltam uma preocupação em torno da recomposição e reconstrução identitária do Movimento LGBTQIA+, inicialmente chamado de Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), e da necessidade de se produzir uma leitura geográfica sobre as ações produzidas pelo movimento do passado e do presente.

METODOLOGIA EM MOVIMENTO

Histórico do Banco de Dados da Luta por Espaços e Territórios (DATALUTA)

O DATALUTA, Banco de Dados sobre Lutas por Espaços e Territórios, teve sua origem em 1998 no NERA, Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, ligado ao departamento de Geografia da UNESP, Campus de Presidente Prudente. Inicialmente focado na questão agrária, o projeto cresceu e formou a REDE DATALUTA, composta por 18 grupos de pesquisa em todo o Brasil. Desde sua fundação, o banco de dados expandiu suas categorias, incluindo Movimentos Socioterritoriais em 2014, Estrutura Fundiária e Manifestações no Campo em 2010, Estrangeirização de Terras em 2014, e as Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária (JURA) em 2018.

Durante os anos de 2020 a 2023, houve uma intensa dedicação por parte do coletivo na construção do projeto Movimentos Socioterritoriais, que foi separado em distintos espaços, sendo eles urbano, agrário, florestas e águas; além da categoria Estrangeirização de Terra. Para executar esse projeto, à medida que não se encontrava todas as respostas nas literaturas e no desejo de se criar um pensamento novo que pudesse responder aos questionamentos realizados, foi formulado uma nova metodologia de pesquisa, atrelada ao avanço do método e da construção teórica para os estudos dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais.

Nesta contínua construção do DATALUTA e dos relatórios oriundos ao que tange os movimentos, a constante construção e renovação teórica foi imprescindível. Afinal, não seria possível uma leitura genuinamente geográfica a partir de conceitos e categorias de outras ciências, sem passar pela construção de um pensar geográfico próprio e autônomo (FERNANDES, SOBREIRO FILHO, 2023).

A metodologia utilizada pelos membros das últimas categorias citadas é muito semelhante, buscou-se padronizar as semelhanças e diversificar as singularidades. Como este artigo se trata de uma análise que corresponde aos dados sobre Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais urbanos (MSU) que se vinculam à temática da diversidade sexual e de gênero, buscou-se evidenciar esta metodologia em específico. Evidentemente que o passar do tempo e o acúmulo de conhecimentos, práticas e técnicas, como já dito, fez com que a metodologia se aperfeiçoasse ano a ano, garantindo o rigor e uma análise mais acurada da realidade.

Perspectiva crítica relacional e a construção de uma metodologia em movimento

Na teoria geográfica dos movimentos, construída desde uma perspectiva crítica e relacional, é imprescindível que os procedimentos metodológicos sejam lidos e interpretados sob o viés da dinamicidade, leitura da realidade, conjunturas políticas, conflitos existentes e das relações estabelecidas entre cidade, movimentos e instituições.

A discussão do método de análise empregado pela Rede DATALUTA para se ler e compreender as ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais urbanos, atravessa a discussão do método e, principalmente, da abordagem construída em diálogo com a teoria dos movimentos e com a produção do espaço. Nesse sentido, adotamos a perspectiva relacional do espaço (LEFEBVRE, 2013), que produz uma compreensão multiescalar e multidimensional em torno das ações coletivas produzidas pelo Movimento LGBTQIA+ e movimentos congêneres.

A necessidade, portanto, da utilização do conceito de espaço relacional e a sua intersecção com a construção dos procedimentos metodológico, surge a partir da dificuldade de se compreender processos que envolvem outras múltiplas relações e interações a partir do emprego do espaço absoluto, em outras palavras, se assume a dificuldade de se compreender esses processos a partir de uma visão unidimensional,

assim, uma ação de um movimento não é apenas um dado em si. Nesse sentido, os dados e representações gráficas e cartográficas exploradas neste artigo, buscam produzir uma reflexão para além da representação do dado referenciado, mas também dos aspectos conjunturais e estruturantes que possibilitam tal interação histórica, política, social, cultural e, principalmente, geográfica.

A construção de um banco de dados que reúna um conjunto de ações e objetivos de movimentos socioespaciais e socioterritoriais urbanos LGBTQIA+ e outros que se vinculam e se associam a temática é, sem dúvida, um enorme desafio, sobretudo, pela ausência de qualquer pesquisa semelhante a esse tipo de leitura e análise. Essa metodologia, portanto, para além de se colocar como um desafio a ser superado a cada mudança histórico-conjuntural, também se apresenta inovadora e como uma ferramenta em potencial para se compreender as mudanças geográficas e estruturais ocorridas no Brasil desde uma perspectiva relacional dos espaços, territórios, movimentos e instituições.

Etapas de construção da pesquisa e levantamento de dados

Este artigo está dividido em duas grandes etapas que corresponde a uma leitura histórica das primeiras mobilizações e ações produzidas por movimentos genuinamente voltados para a construção de direitos da população LGBTQIA+ brasileira, e para a ampliação da cartilha de ações e movimentos que existem na atualidade e que também se vinculam à temática da diversidade sexual e de gênero.

Fez-se necessário a busca e levantamento de dados quantitativos e qualitativos o que possibilitou a constituição dos elementos que marcam o passado e o presente em consonância com o que chamo de geografia da Resistência LGBTQIA+ no Brasil. Para a construção deste artigo foram utilizados uma série de procedimentos metodológicos como: revisão bibliográfica, construção de banco de dados, coleta e tratamento de dados, construção de mapas e modelização cartográfica, ressalta-se que esses procedimentos e etapas para obtenção dos dados estão em consonância e diálogo com a teoria geográfica dos movimentos (FERNANDES, 2012).

A) Levantamento e revisão bibliográfica

Para uma melhor fundamentação e para o entendimento e aprofundamento de alguns conceitos, foi realizada uma revisão bibliográfica em torno dos temas que atravessam a diversidade sexual e de gênero no Brasil. Os temas centrais foram: Movimentos Sociais, Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais, LGBTQIA+, Diversidade Sexual e de Gênero, Movimento LGBTQIA+, Violência contra LGBTQIA+, Território e Espaço.

B) Banco de dados das ações produzidas pelo Movimento LGBTQIA+

Foi realizada a construção de um banco de dados exclusivo em torno das ações promovidas pelo Movimento LGBTQIA+ no Brasil ou de Movimentos que pautam suas lutas em torno das diversidades através de dois dados distintos: 1) dados produzidos exclusivamente em torno da ação compreendida como Parada LGBTQIA+ (existindo um conjunto diversificado de nomenclaturas dadas a essa ação) 2) dados produzidos a partir do Banco de Dados da Luta por Espaços e Territórios (DATALUTA). O levantamento desses dados possibilitou uma leitura única e exclusiva na geografia brasileira em torno dos movimentos LGBTQIA+ que atuam sobre as mais diferentes questões como: identidade, moradia, cultura, direito à cidade, acesso ao trabalho, luta pela terra, direitos humanos e outras temáticas, conteúdos, pautas e finalidades.

Com o decorrer dos anos e o desenvolvimento contínuo de habilidades, foi possível produzir um refinamento da metodologia, assegurando um rigor ainda maior e uma análise mais precisa das atividades promovidas pelos movimentos. Para rastrear essas atividades, contou-se com o auxílio do serviço Google Alerta, que utiliza algoritmos para fornecer resultados de busca sempre que detecta uma menção online das palavras-chave previamente definidas na plataforma.

Portanto, a primeira etapa da pesquisa é a escolha das palavras-chaves, que foram determinadas a partir do seu vínculo com os movimentos e suas ações, demandas, reivindicações, pautas e bandeiras. Essa lista de palavras é frequentemente revisada e atualizada, seja com inclusão ou exclusão de acordo com as necessidades e avanços. Após

essa etapa, os e-mails com as notícias passam a ser enviados, lidos, avaliados e registrados em um formulário *online*.

A leitura para a sistematização dos e-mails, diferente das etapas anteriores, deixam de ser uma atividade majoritariamente prática e passa a exigir a necessidade da análise crítica e aplicação do método desenvolvido pela REDE DATALUTA para a leitura das ações e dos movimentos. No estágio aqui descrito, realiza-se uma leitura acurada, em busca dos elementos que serão utilizados na sistematização e a verificação se realmente se trata de uma notícia que expressa uma determinada ação.

A sistematização é a prática científica fundamental da teoria geográfica dos movimentos, intrinsecamente ligada ao método desenvolvido. O Método Geográfico do DATALUTA estabeleceu uma classificação de ações e movimentos, visando analisar e categorizar suas atividades. Essas classificações estão em constante evolução e oferecem uma abordagem geográfica em desenvolvimento para entender os movimentos sociais, como alternativa às análises sociológicas e às teorias tradicionais sobre o tema.

C) Cartografia dos Movimentos LGBTQIA+

A partir da consolidação dos dois tipos de dados relatados anteriormente foi possível iniciar o processo de mapeamento dos Territórios de Resistência conquistados pelo Movimento LGBTQIA+ no Brasil, tais territórios foram constituídos a partir de uma correlação de forças que evidencia a disputa territorial por parte de grupos específicos que tem por objetivo fim produzir um sentido e significado em torno de conceitos localizados na lógica de reprodução da sociedade e vida (família, sociedade, cultura e religião), compreendo a disputa espacial e territorial para além do aspecto material, ou seja, a partir dos dados, ações e casos analisados, nesse aspecto a materialidade e imaterialidade são dimensões inseparáveis que fazem parte da constituição dos sujeitos, organizações e fomentam a construção de suas estratégias (SOUZA; FELICIANO, 2019; FERREIRA; SUGUIHIRO, 2024).

A partir desse procedimento foi possível evidenciar a existência da diversidade das ações produzidas pelos movimentos, ampliando o leque de informações e confrontando os dados que já foram trabalhados, possibilitando um significativo avanço teórico-metodológico na discussão sobre as ações dos movimentos socioespaciais e

socioterritoriais urbanos que lutam pela diversidade sexual e de gênero no Brasil e, também dos movimentos que possuem outras centralidades e pautas, mas que incluíram a temática pela necessidade da incorporação interseccional da luta e disputa.

Adotou-se a cartografia como objetivo, tendo em vista a potencialidade do mapa para análise espacial e como procedimento metodológico, utilizou-se o *Philcarto*® como um dos softwares de mapeamento, permitindo técnicas de exploração de dados a partir da visualização cartográfica. Feito o mapeamento no *Philcarto*®, posteriormente realizamos a diagramação final dos mapas no *Adobe Illustrator*®.

Por fim, ressalta-se o aspecto relacional dos procedimentos metodológicos adotados para a construção do artigo. Nesse sentido, a possibilidade de evidenciar os aspectos históricos e geográficos do Movimento LGBTQIA+ no passado e no presente, só foi plausível através do entrelaçamento das metodologias construídas a partir dos procedimentos já expostos: i) levantamento e revisão bibliográfica ii) construção de banco de dados e iii) mapeamento dos dados levantados e tratados.

ESPAÇOS E TERRITÓRIOS IMPORTAM: potencialidades da abordagem socioterritorial para a leitura histórico-geográfica das ações produzidas pelo movimento LGBTQIA+ no brasil

A abordagem socioespacial e socioterritorial desenvolvida por Fernandes (2001; 2008; 2009; 2012; 2020), fortalecida por Sobreiro Filho (2016), Fernandes e Sobreiro Filho (2023), Pedon (2013) e Halvorsen, Fernandes e Torres (2019), oferece uma perspectiva elucidativa para a compreensão das ações coletivas dos movimentos sociais sob um prisma geográfico. Essa abordagem destaca as disputas, estratégias, conflitos e, especialmente, a incessante produção de espaços e territórios, resultantes da interação dos movimentos com as instituições.

Os movimentos socioterritoriais e socioespaciais possuem um olhar atento para os territórios e espaços disputados, isso significa que esses movimentos se mobilizam em uma determinada porção do espaço geográfico dotada de conflitualidade, disputa, contenção e poder (HALVORSEN; FERNANDES; TORRES, 2021, p. 26).

A partir dessa perspectiva de espaço e território, as disputas pelos conceitos de gênero, sexualidade, família, dentre outros, também representam um conflito marcado



pela disputa paradigmática que produz um conjunto de políticas materializadas nas vidas, nos corpos, nas políticas e cidades. Um exemplo dessa relação são as agendas de criminalização das relações que fogem do fito da cis-heteronormatividade ou então das sucessivas tentativas de se patologizar tais relações (MISKOLCI, 2007; 2006).

Assim, o espaço e território se apresentam enquanto multidimensionais e multiescalares, onde estão contidos o espaço material e imaterial, bem como as diversas intencionalidades construídas dialeticamente pelos MSU a partir de suas estratégias coletivas. Nesse movimento, tais conceitos também expõem sua capacidade de produzir simultaneamente contradição, solidariedade e conflitualidade (FERNANDES, 2009; 2012).

No contexto dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais urbanos, essa relação é ainda mais visível. Os resultados apontados nas seções posteriores evidenciam uma diversificação e complexificação das tipologias de ações e tipologias de movimentos engendradas no contexto das cidades brasileiras. Os considerados movimentos tradicionais incorporam na atualidade diferentes temáticas e abordagens necessárias para uma construção interseccional dos projetos políticos, planos, metas e pautas construídas. Nesse sentido, a ocupação da moradia ou da terra ganha diferentes expressões e *performances* e passa a ser inundada por um conjunto de debates e discussões que extrapolam a apropriação ou mediação do espaço, a luta pela terra ou pela moradia é indissociável da luta pela liberdade de ser quem se é.¹

Para Fernandes e Sobreiro Filho (2023), existe uma interação dinâmica entre espaço e ação nos movimentos socioespaciais, onde o espaço influencia e é influenciado pelas ações realizadas sobre ele. A concepção da ação está intimamente ligada à criação do espaço onde ela ocorre, e vice-versa. Os objetos e ações resultantes desencadeiam mudanças contínuas no espaço. Além disso, a construção de espaços e territórios também transformam a identidade dos militantes, que se identificam explicitamente em relação ao seu conteúdo, gerando novas subjetividades espaciais, territoriais e políticas. A análise das ações produzidas pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais revela o grau de disputa e vinculação à temática espacial ou territorial, além de fornecer uma leitura

¹ Essa relação indissociável e composta por significativa diversidade pode ser verificada em um dos lemas produzidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que diz: “o patriarcado destrói, o capitalismo faz a guerra, o sangue LGBT também é sangue sem-terra”. Essas palavras retratam de maneira didática e potente a relação entre capitalismo, patriarcado e heteronormatividade.

geográfica das mobilizações urbanas. Em suma, a teoria geográfica dos movimentos oferece um arcabouço para se compreender as dinâmicas complexas entre espaço, ação e identidade dos sujeitos nos contextos urbanos.

Dentro das mobilizações e estruturas que fundamentam a organização social voltada para diversidade sexual e de gênero, bem como a construção de seu caráter sociopolítico a partir da formação de movimentos e coletivos organizados, pode-se destacar ações específicas e efêmeras como a Parada LGBTQIA+ que vêm produzindo ao longo de décadas debates, discussões e políticas direcionadas para a promoção da cidadanização LGBTQIA+ no Brasil (CARRARA, 2016).

A primeira leitura sobre as ações analisadas no contexto desse artigo é sobre a Parada LGBTQIA+ brasileira, o objetivo central foi o de evidenciar as diferentes formas de ação relacionadas a luta pela diversidade no contexto das cidades brasileiras, desde os primeiros deslocamentos coletivos e manifestações até outros tipos de ações e movimentos que incorporaram a temática da diversidade sexual e de gênero ao longo das últimas décadas.

É importante que as duas leituras centrais sobre os dados e as organizações, estejam explícitas neste artigo, para que haja a compreensão da complexificação das estruturas que envolvem as organizações e movimentos mencionados anteriormente. Nesse sentido, realizou-se uma composição histórica sobre a Parada LGBTQIA e as novas tipologias de ações construídas pelos movimentos que na atualidade incorporaram também essa temática.

A Parada, compreendida enquanto um deslocamento coletivo marcado pela reivindicação e construção de propostas de intervenção sobre às temáticas que atravessam a diversidade sexual e de gênero, surgem a partir do final da década de 1990 como uma ação essencial do movimento identificado inicialmente como Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), sabe-se que ela enquanto ação organizada altera e provoca mudanças nas dinâmicas das cidades, produzindo também transformações em contexto nacional e internacional pela sua potente capacidade de penetração nas mais diferentes camadas da sociedade (ORTOLANO, 2015; PARIS, 2015).

A Parada enquanto ação, representa a união de diferentes coletivos, associações, partidos políticos, sindicatos, Organizações Não Governamentais (ONGs) e lutas autônomas, movimentos socioespaciais e socioterritoriais que ocupam por um ou

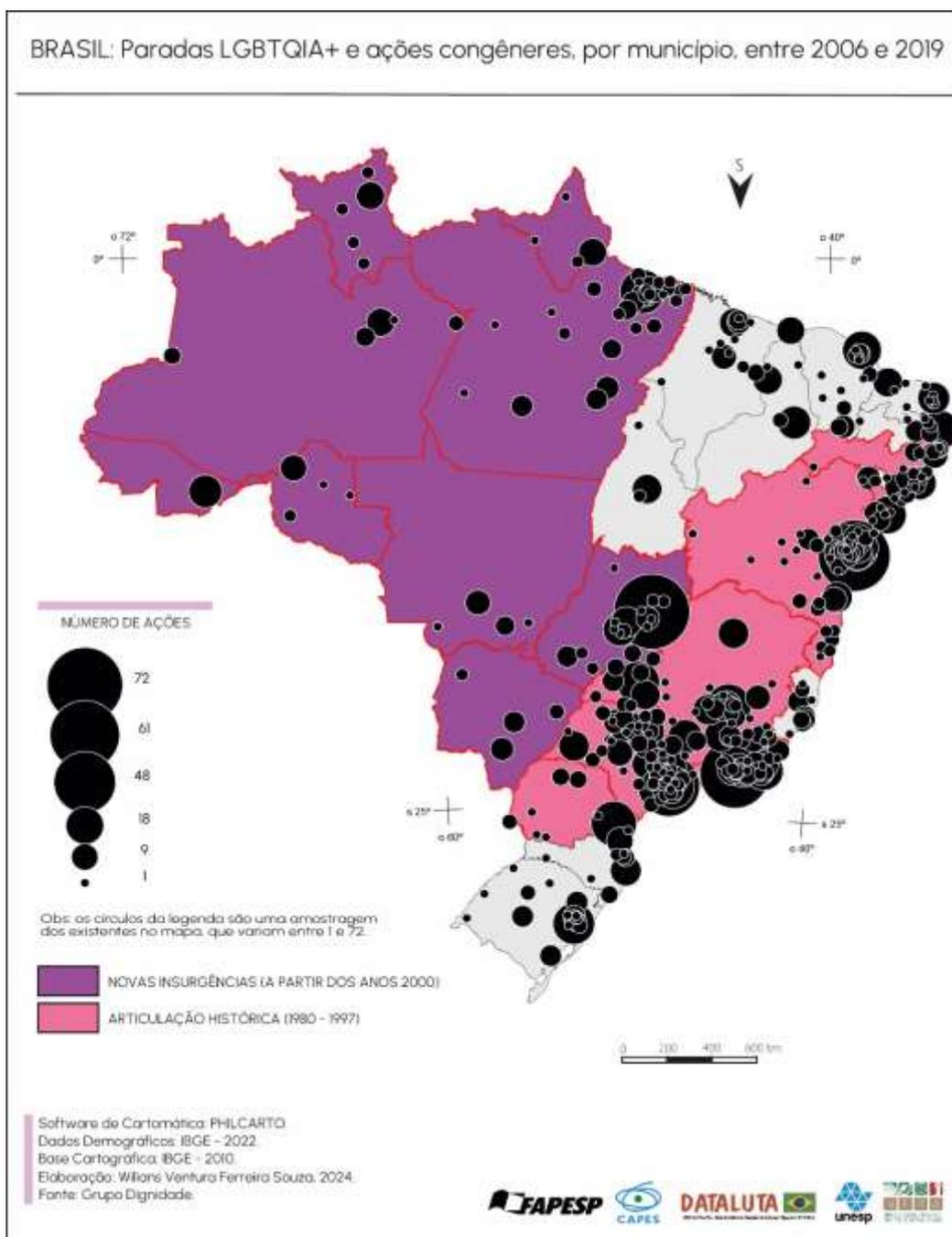
alguns dias um espaço público a fim de tornar visível a existência de corpos considerados subversivos, corpos que margeiam a lógica cis-heteronormativa e que disputam e produzem a cidade, ainda que de maneira efêmera e espontânea.

O momento de construção dos espaços de sociabilidade e comunicação de uma linguagem possivelmente coletiva, assim como simbólica, estava a ser construída dentro dos guetos, sob um contexto político marcado pela retomada democrática no país e necessidade da construção de referências positivas em torno da homossexualidade. A Parada é, nesse aspecto, um ponto de encontro de todos esses sujeitos políticos marcados pela violência, marginalização e diversidade. A partir do desenvolvimento e consolidação dessa ação, o gueto se sobressai, ganha representação, força e diferentes matizes, constituindo-se como um relevante tipo de ação e organização coletiva que possibilita a alteração de conjunturas e a formulação de estratégias e políticas específicas voltadas para temáticas do trabalho, saúde, cultura, lazer, mobilidade, em suma pautas voltadas para a reprodução da vida.

O Mapa 1 reúne todas as ações/manifestações realizadas entre 2006 e 2019, com exceção dos anos de 2015, 2016 e 2017². É possível observar uma maior concentração de ações nos municípios que compõem a região Sudeste e Nordeste, com exceção de Brasília. Dessa forma, Brasília (DF) se apresenta como a unidade que mais acumulou ações durante esses anos reunindo um total de 72 ações, seguido de Salvador (Bahia) com um total de 65 ações, Rio de Janeiro (Rio de Janeiro) com 61 ações, São Paulo (São Paulo) com 48 ações, Campinas (São Paulo) com 30 ações, Curitiba (Paraná) com 26 ações, Belém (Pará) e Belo Horizonte (Minas Gerais) com 25 ações cada, entre outros municípios.

² O Grupo Dignidade, responsável pela construção dos relatórios que concentram o registro das Paradas LGBTQIA+ e ações congêneres realizadas no Brasil, não publicou o referido relatório nos anos de 2015, 2016 e 2017, tornando impossível a incorporação desses recortes temporais na construção do produto cartográfico.

Mapa 1 – Paradas LGBTQIA+ e ações congêneres, por município, entre 2006 e 2019.



Fonte: Grupo Dignidade.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2024.

Atualmente, a Parada se constitui como um dos mecanismos políticos dos movimentos e coletivos que se situam no universo da diversidade, a realização dessa ação em grandes centros urbanos reúne milhões de pessoas como nos municípios do Rio de Janeiro e São Paulo, configurando-se como uma referência para que outros municípios

também se engajem na construção de ações que se assemelham às paradas dos grandes centros. Dessa maneira, se observa o surgimento de ações realizadas em cidades médias e até mesmo em cidades pequenas. A ação provocada pela Parada é eficaz e produz mudanças nas dinâmicas espaciais pré-estabelecidas na cidade, ao cruzar as avenidas e ruas com sons, cores, gritos de ordem e outros elementos que compõem a festa-protesto, há a inserção de elementos que perpassam temas como diversidade sexual, identidades de gênero, orientação sexual, saúde, cultura, trabalho e outros assuntos que evidenciam a dimensão da interseccionalidade existente entre os sujeitos que lutam.

MOVIMENTO DA DIVERSIDADE E DIVERSIDADE EM MOVIMENTO: conflitualidade, disputa e organização do Movimento LGBTQIA+ brasileiro

Os trabalhos geográficos que de alguma maneira utilizam outros conceitos para inaugurar o debate sobre gênero e sexualidade e, que, porventura, adotam o conceito de espaço e território, partem de uma perspectiva que também possui diferentes enfoques, qualidades e fragilidades. Entretanto, a busca é para ir além da dimensão material e física do conceito, por esse motivo que o espaço e território é compreendido a partir de uma perspectiva multiescalar, multidimensional e está constantemente sendo disputado pelas instituições e movimentos; o conflito se faz nas mentes, nos corpos, nas ruas, esquinas, casas e em diferentes outros espaços onde a vida acontece e as relações são produzidas (SILVA, 2007; 2010; ALVES; PEDROSO; GUIMARÃES, 2019; ORNAT; SILVA, 2014).

Nesta perspectiva, é possível observar que as cidades possuem um conjunto ilimitado de diversidades e representações das inúmeras possibilidades de ser e se fazer espacial e territorialmente, entretanto, muitos destes corpos e sujeitos que conferem dada e significativa diversidade, não estão representados nos espaços de poder e visibilidade. É importante reafirmar e repostular o que foi dito anteriormente, a diversidade existe, mas possui uma sub-representação, portanto, “lo corporal como lo espacial están atravesados por múltiples ejes de poder” (CENICEROS, 2020, p. 71).

Os eixos de poder direcionam e constroem um conjunto de signos e normas que limitam e tensionam a existência de determinados sujeitos e suas práticas culturais, corporais e geográficas (SILVA, 2007). O gênero é um desses eixos que atua como um

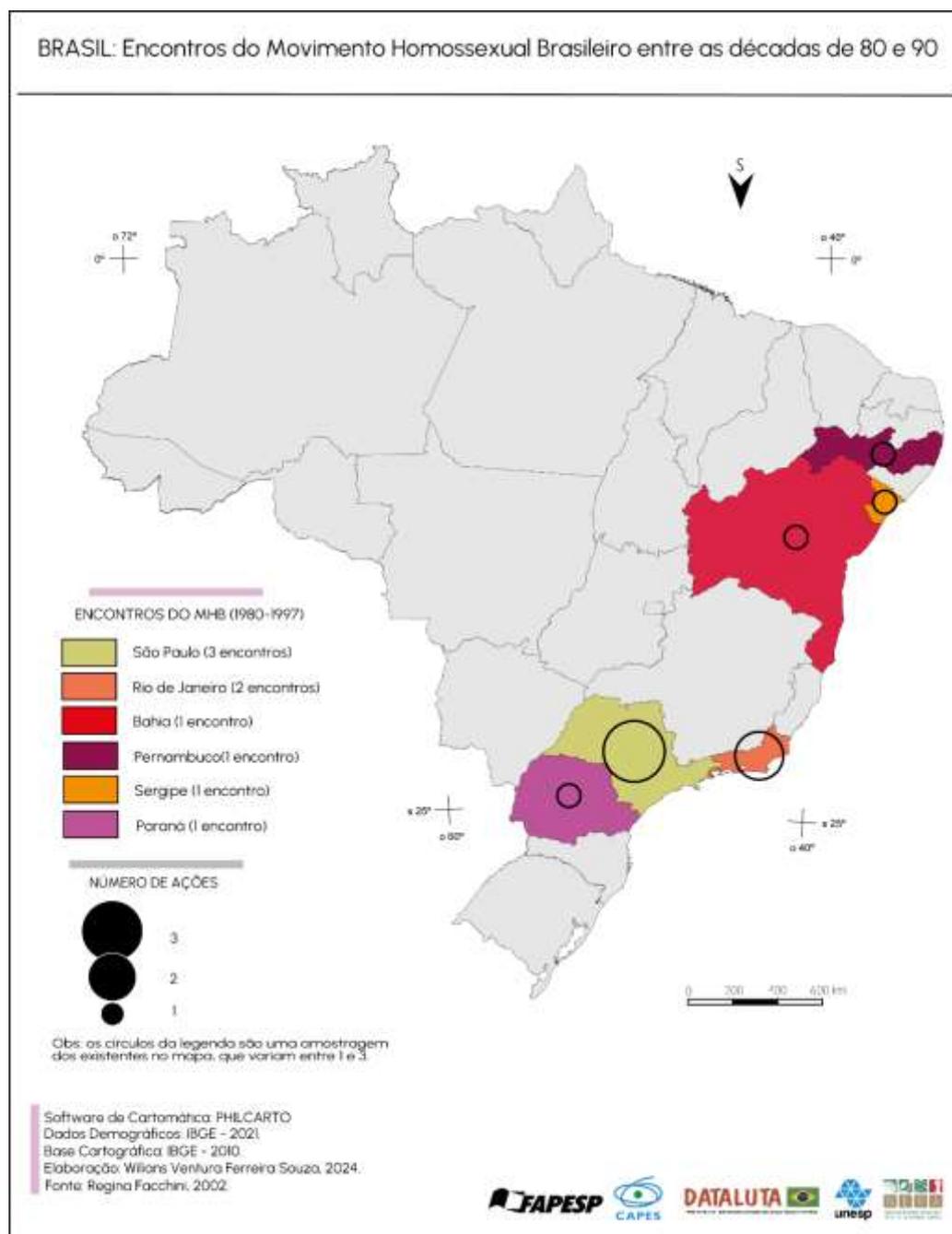
sistema de classificação duplamente binário (BUTLER, 2003). Dado sistema referenciado a partir de eixos construídos geograficamente, culturalmente, historicamente e politicamente, fabricam corpos sem direitos, marginalizados, violados e violentados por todas as vias imagináveis (GASTALDI et al., 2021).

Do ponto vista histórico, o surgimento do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) é marcado pelo endurecimento da ditadura militar, pela imposição de um comportamento moral específico, pela ausência de liberdade física e intelectual, entre outros elementos fundamentais para o desenvolvimento pleno e para a execução dos direitos humanos (FACCHINI, 2009; FACCHINI; RODRIGUES, 2018; FACCHINI; CARMO; LIMA, 2020). Foi, portanto, nesse contexto político e conjuntural que nasceu o MHB, mas não somente, nasceu também um movimento estudantil combativo e rebelde que atuava na ilegalidade e que seria duramente reprimido pela ditadura militar nas duas décadas seguintes (GREEN; QUINALHA, 2023).

O Somos se constituiu num momento marcado pelo crescimento de movimentos sociais diversos, principalmente, movimentos que tinham como pauta central a luta contra a ditadura militar e a ascensão do novo sindicalismo. O Somos nasce em abril de 1978, a partir da união de diferentes intelectuais articulados por João Antônio Mascarenhas que juntos produziram o número zero do Jornal Lampião da Esquina, tido como principal articulador e instrumento político do movimento naquele contexto (FERREIRA, 2010).

Esse momento de euforia e projeção do movimento se encerra antes dos anos 1982 com uma redução significativa no número de movimentos e no número de ativistas existentes, além da mudança de contingente o comportamento político de muitos grupos também se altera. Assim, deve-se compreender o que estava acontecendo naquele momento que provocou tamanho impacto no MHB, vários fatores podem ser elencados como importantes para essa redução física, o surgimento da epidemia da Aids e o seu forte poder de desconstrução e desmobilização (PEDROSO, 2022; 2023), e o direcionamento da força dos movimentos para a luta contra a epidemia, o fim do jornal Lampião da Esquina que se configurava como um dos principais articuladores do movimento e o novo contexto marcado pela abertura política e pela democracia que cobrava dos militantes uma nova postura e a construção de uma agenda de luta inédita.

Mapa 2 – Encontros do Movimento Homossexual Brasileiro entre as décadas de 80 e 90.



Fonte: Regina Facchini, 2002.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2024.

Os grupos passam a se organizar em encontros (mapa 2), conhecidos como EBHO (Encontro Brasileiro de Homossexuais Organizados), que se constituiu como importante ferramenta de expansão da discussão em torno das pautas voltadas para a diversidade sexual e de gênero. A partir de 1992, a quantidade de grupos e ativistas

presentes nos encontros nacionais volta a crescer, indicando um certo vigor e uma vontade de atuar em diferentes estados.

Dessa maneira, a partir dos anos 1980, ocorre uma mudança no eixo de atuação do MHB, os movimentos saem do eixo Rio de Janeiro – São Paulo e se direcionam para o eixo Rio de Janeiro – Nordeste e novos sujeitos assumem um papel marcante perante a esse novo contexto. Essa nova postura do MHB é lida em alguns momentos por ter uma menor resistência a institucionalidade, mas não se limita somente a esse comportamento, é preciso lembrar que a partir de 1990 o número de grupos e organizações volta a crescer e se espalha por todo o país, havendo uma mudança no formato de atuações e uma diversificação de organizações atuantes, principalmente, pela via institucional. Além da mudança da postura do movimento, ocorreu a ampliação de relações e formatos de atuação, a mídia, agências estatais, parlamentares e o mercado especializado são elementos novos nessa conjuntura.

Em 1995, as instituições, movimentos e coletivos passam a atuar num formato mais claro de redes, encontros e articulações, potencializando debates em torno da sexualidade e da vida desses sujeitos, a exemplo se tem a fundação da ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), o Senale (Seminário Nacional de Lésbicas), LGL (Liga Brasileira de Lésbicas), ENTLAIDS (Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que atuam em luta contra a Aids) e ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais).

As políticas públicas criadas nos anos dois mil são marcos importantes de combate à discriminação, ao preconceito e o respeito aos direitos humanos e direitos básicos aos cidadãos LGBTQIA+. Dessa forma, as gestões de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) são marcos representativos para essa luta. Lula constrói políticas que são compreendidas como medidas de cidadanização da homossexualidade, a partir da participação de pessoas LGBTQIA+ em editais que focalizaram a promoção de direitos. As políticas que representam um grande avanço nesse sentido são: Programa Brasil Sem Homofobia em 2004, I Conferência LGBT em 2008, o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBTs em 2009 e a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Os avanços não param por aí, se espacializam em diferentes escalas e contribuem para o crescimento dessa visibilidade e construção da cidadanização desses sujeitos, assim, a partir de 2004 essas conquistas ganham tonalidade no executivo, governos estaduais, prefeituras e judiciário, tendo como marco a constitucionalidade da união estável entre pessoas do mesmo sexo em 2011.

Os processos políticos são históricos e contraditórios, Facchini e Rodrigues (2018) são certas quando realizam uma leitura política e dinâmica dessa conjuntura que produziu e potencializou a criação de políticas para a população LGBTQIA+, ao mesmo tempo em que se observou a ascensão de uma ala extremamente conservadora que penetrou nas vias institucionais (Bancada Evangélica) e conquistou espaço político, culminando no recrudescimento de políticas e interrompendo a expansão de debates progressistas, sobretudo, destas temáticas e assuntos no âmbito legislativo.

GEOGRAFIA DA RESISTÊNCIA LGBTQIA+ NO BRASIL: mapeamento das ações produzidas pelos movimentos no contexto das cidades brasileiras

A invenção do gênero como um parâmetro de verificação da normalidade (BUTLER, 2003; DE LAURETIS, 2000; FAUSTO-STERLING, 2002; PRECIADO, 2017), é apenas um dos eixos e matrizes de conotação hierarquizante que através do tempo e de diferentes sociedades foi se estabelecendo e se consolidando. O gênero é, portanto, um marcador social que postula, constrói e produz determinados corpos, sujeitos e práticas espaciais (SILVA, 2007; 2010). A invenção desta categoria não é simplesmente natural, tampouco inofensiva, devendo-se reconhecer as múltiplas intencionalidades presentes na criação do gênero enquanto uma matriz capaz de produzir diferentes assimetrias.

Um conjunto de discursos e práticas gera uma falsa sensação de que os conceitos historicamente construídos como corpo, sexo, sexualidade e gênero, sempre foram como se apresentam nos dias de hoje, posicionando dados conceitos como a-históricos e universais. Todavia, são resultados da produção social, cultural e geográfica de um determinado tempo, cujos significados se alteram entre as diversas sociedades e os momentos históricos (LE BRETON, 2003; 2011; FOUCAULT, 2018).

O corpo é um exemplo desta relação, já que o lugar que ocupa nas distribuições sociais e espaciais de cada cultura é condicionado a partir de um conjunto variado de significados alicerçados historicamente, politicamente e culturalmente. Esse conjunto de símbolos, significados e significantes sobre os corpos são produzidos discursivamente a partir do que é considerado “natural”, “verdadeiro”, “genuíno” e “legítimo” (SILVA, 2010; NUNES, 2014; SIMON, 2022; ALMEIDA, 2019).

Ao mesmo tempo, é importante avançar em leituras que entrelacem conceitos, dimensões e representações destes sujeitos produtores do espaço. Ao usar o conceito de raça como uma exemplificação dos processos de hierarquização e domínio, não podemos separar raça e gênero, o corpo generificado não deixa de ser racializado ou vice-versa, assim, é importante aplicar o que Lugones (2008) destaca ao dizer que o conceito de gênero nunca está desvinculado de outras categorias como raça, classe e sexualidade, evidenciando a relevância da interseccionalidade enquanto uma abordagem necessária e fundamental nos estudos voltados para a compreensão das relações sociais e dinâmicas geográficas (AKOTIRENE, 2019; CRENSHAW, 1989).

Nas últimas décadas a temática da diversidade sexual e de gênero tem sido tratada e abordada por alguns pesquisadores da geografia em vários países a partir da grade curricular de disciplinas de graduação e pós-graduação. Na produção geográfica localizada nos periódicos de circulação nacional entre a década de 90 e o início dos anos 2000, novas discussões demonstram o desejo de constituição de novos horizontes para a geografia. Novos assuntos e temáticas surgiram e foram postulados por geógrafas como Oliveira e Vianna (1988), Matos e Ribeiro (1995), Campos (2000) e Costa (2005). Dados trabalhos percorreram contextos em torno das questões das mulheres, território, sexo e a prostituição a partir de suas espacialidades.

Na contemporaneidade, outros temas e assuntos ganharam projeção e centralidade nos estudos geográficos desenvolvidos por pesquisadores engajados, como evidenciou Moreira (1982), em desvendar máscaras sociais. Observa-se o surgimento de geografias feministas (SIMON, 2022; SILVA, 2009), geografias da saúde que interseccionam corpos, gêneros e sexualidade (ALVES; PEDROSO; GUIMARÃES, 2019; PEDROSO, 2022), cartografias que abordam a violência e resistência dos sujeitos afetados pela LGBTIfobia estrutural (ALMEIDA, 2019; SOUZA; FELICIANO, 2021),

entre outros temas, assuntos e trabalhos que evidenciam essa relação e compreensão da geografia enquanto ciência capaz de transformar a realidade.

Os movimentos LGBTQIA+ têm produzido suas ações e construído suas estratégias de maneira relevante no espaço urbano, entretanto, a compreensão dessas ações envolve também a leitura correta, dialética e relacional da cidade, dos seus conceitos e de suas contradições. O espaço urbano pode ser considerado como um conjunto de pontos, linhas e áreas que constituem as relações, interações, disputas e produções ininterruptas, o que confere uma dinâmica e complexidade substancial. Também pode ser abordado a partir da percepção que seus habitantes ou alguns dos seus segmentos possuem do espaço e de seus fragmentos. Entretanto, como bem postula Corrêa (1989), o espaço urbano é, de maneira geral, um conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si.

É a partir de um extenso e amplo conjunto de contradições e processos urbanos que os movimentos disputam e produzem espaços e territórios. É possível visualizar partir dos mapas e dos dados construídos pelo DATALUTA - Espaço Urbano, um conjunto de objetivos e de movimentos que se diferenciam no que tange a temática de atuação e nas estratégias construídas (leia-se tipologias de ação) adotadas para se disputar e produzir espaços e territórios (ver mapas 3 e 4). É a partir desse aspecto que esse artigo alcança o exercício comparativo entre o passado e o presente voltados para a atuação dos movimentos, pretendendo-se evidenciar as novas formas de mobilização e metodologias de ação orientadas para a produção de espaços e territórios mais diversos, extrapolando os deslocamentos coletivos produzidos a partir da Parada LGBTQIA+.

O conjunto de mapas apresentados a seguir revelam uma vasta e significativa tipologia de ações e tipologia de movimentos que estão diretamente vinculados com a temática da diversidade sexual e de gênero, promovendo um debate que extrapola seus limites externos e assumem uma postura interseccional frente aos desafios da incorporação de discussões que rompem com as cercas dos movimentos considerados tradicionais (ver figura 1). Nesse sentido, as ações trazem uma contribuição para uma leitura mais ampla sobre a temática da diversidade, produzindo um conjunto de reflexões que potencializam a inserção destas discussões em um grupo cada vez mais variado de movimentos e instituições.

Como é possível observar a partir dos mapas 3 e 4, em 2020, São Paulo (SP) concentrou o maior número de ações desses movimentos que articularam a temática LGBTQIA+ dentro do escopo de sua atuação, com 4 ações de movimentos socioespaciais e socioterritoriais, seguido de Belo Horizonte (MG) e Manaus (AM) com 3 ações cada, Brasília (DF), Guarapari (ES), João Pessoa (PB), Presidente Prudente (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA) com 2 ações cada, entre outros municípios. Em 2021, Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP) concentraram o maior número de ações com 7 registros de movimentos socioespaciais e socioterritoriais cada, seguido de Brasília com 5 ações, Belo Horizonte (MG), Manaus (AM) e Recife (PE) com 4 ações cada, entre outros municípios.

A figura 1 revela o nome de diferentes MSU que atuam especificamente voltados para a temática da diversidade e outros que não são genuinamente LGBTQIA+ e que estão espacialmente representados nos mapas 3 e 4, entretanto, incorporaram as discussões voltadas para a diversidade sexual e de gênero, ampliando seu escopo e possibilitando a participação e construção a partir de diferentes recortes e interseccionalidades.

Um dos dados que revelam a riqueza do trabalho desenvolvido pelos dados coletados pelo DATALUTA, está nas características e nos temas dos movimentos que participaram de ações que diretamente produziram ou objetivaram a produção de espaços e territórios mais diversos. É possível observar em 2020 e 2021, a participação de movimentos sindicais, movimento de mulheres, movimento de atingidos por barragens, movimentos de juventude, todos estes não são genuinamente LGBTQIA+, mas possuem no seu interior coletivos e grupos de trabalho voltados para a discussão e aprimoramento dessa temática.

Os movimentos socioespaciais e socioterritoriais LGBTQIA+ e os movimentos que atravessam essa temática, alinham-se e constroem diferentes estratégias e disputas pela produção de espaços e territórios. Tem-se movimentos socioespaciais lutando por liberdade, por espaços mais diversos e representativos, pelo fim da repressão e violência direcionada a comunidade LGBTQIA+, o que evidencia suas próprias contradições e desafios internos. Nesse mesmo sentido, se observa um conjunto de movimentos socioterritoriais que não possuem como pauta principal a luta LGBTQIA+, entretanto, construíram historicamente a partir de diferentes demandas, coletivos que

acabam por produzir movimentos mais diversos, é o caso do Coletivo LGBT do MST e do Coletivo LGBT do MTST, ambos movimentos socioterritoriais.

A tipologia que mais apareceu nas ações produzidas pelos movimentos em 2020 foi Manifestação com 24 sistematizações, seguido de Evento com 9 ações e, por fim, Solidariedade com 4 ações. Dentro da categoria Manifestação, é possível observar ações como: nota de repúdio ou denúncia, passeatas, carreatas, bloqueio de vias, intervenção urbana e ações realizadas no espaço virtual. Em Evento é possível observar ações como: celebração e reunião ou encontro. Em Solidariedade é possível observar ações como: ações de apoio a mulheres e ações de apoio ao enfrentamento de crises sanitárias.

Em 2021, a ação matriz que mais apareceu nas ações produzidas pelos movimentos foi Manifestação com 21 registros, seguido de Evento com 6 ações, Solidariedade com 6 sistematizações e, por fim, Resistências com 4 ações. Dentro da categoria Manifestação, é possível observar ações como: nota de repúdio ou denúncia, passeatas, carreatas, bloqueio de vias, intervenção urbana e ações realizadas no espaço virtual. Em Evento é possível observar ações como: celebração e reunião ou encontro. Em Solidariedade é possível observar ações como: ações de apoio a mulheres e ações de apoio ao enfrentamento de crises sanitárias. Em Resistências é possível observar ações como: ações de mobilidade, resistências e greve.

Em relação ao tipo e formato das ações realizadas em 2020 e 2021 pelos movimentos representados na figura 1, pode-se observar um conjunto diversificado de tipologias de ação que revelam um conjunto de intencionalidades e objetivos construídos a partir da materialização dessas ações. Esse dado corrobora com a ideia central desse manuscrito, isto é, ao longo das últimas décadas os MSU que produziram ações voltadas para a temática da diversidade sexual e de gênero realizaram uma diversificação em seu formato de ações, extrapolando o formato dos deslocamentos coletivos marcado pela execução da Parada LGBTQIA+.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse texto, foi possível compreender a importância da construção de uma dialética do passado e presente em torno das ações produzidas pelos movimentos

socioespaciais e socioterritoriais essencialmente LGBTQIA+ e aqueles que construíram uma agenda própria a partir de demandas levantadas pelos sujeitos no interior dos movimentos tradicionais que se vinculam a outras pautas e temas.

Os aspectos históricos e geográficos evidenciam uma construção marcada pela diversificação dos tipos de ações e tipos de movimentos que se vincularam a temática da diversidade sexual e de gênero no Brasil. Verificou-se um conjunto de interesses e objetivos presentes em movimentos considerados históricos e tradicionais, movimentos estes que se vinculam, principalmente, aos movimentos estudantis, ao sindicalismo, luta pela moradia urbana e a luta pela terra.

A incorporação do debate sobre gênero, sexualidade, raça, cultura e classe no interior dessas organizações possibilitou a construção de uma nova interpretação sobre a relação que os sujeitos estabelecem uns com os outros e, conseqüentemente com os espaços e territórios disputados e ocupados. A luta pela terra é também a luta pela diversidade e representatividade no ato de ocupar e romper as cercas da LGBTIfobia estrutural presente na sociedade e no interior do próprio movimento. A luta pela moradia é também a incorporação do habitar urbano a partir da experiência de corpos diversos e que fogem da lógica cis-heteronormativa que impõe uma prática espacial e corporal.

O espaço como conceito chave para a interpretação das ações do movimento LGBTQIA+ e o corpo como uma escala geográfica viva e potente, possibilita construir leituras como essa, em torno das dinâmicas espaciais, das ações coletivas dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, dos processos de violação em curso, da construção de redes de movimentos e territórios de esperança, entre outros temas e questões que ainda carecem de aprofundamento e teorização.

De maneira objetiva, colorimos a história do Movimento LGBTQIA+ brasileiro desde suas primeiras lutas e estratégias estabelecidas e construídas no contexto da ditadura militar até a exposição de um conjunto diverso de tipologias e movimentos que atrelam suas agendas a essa temática, mesmo não sendo movimentos genuinamente LGBTQIA+. Nesse sentido, existem inúmeros elementos que compõem a geografia dos movimentos e que, de certa forma, se materializam em suas ações, um elemento central pode ser compreendido a partir da forma como esses sujeitos sentem e vivem o espaço, na forma como constroem símbolos, significados e lutam por eles.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, Vinicius Santos. **Proposta de cartografia queer a partir do mapeamento da violência aos corpos dissidentes das normas sexuais e de gênero em São Paulo**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2019. 171f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana).

ALVES, Natália Cristina; PEDROSO, Mateus Fachin; GUIMARÃES, Raul Borges. Corpos que falam: interpretações geográficas entre saúde, gênero e espaço. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, v. 3, n. 41, p. 09-24, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOS, Heleniza. Permanências e mudanças no quadro de requalificação espacial de cidades brasileiras: o caso das territorialidades do sexo na área central do Recife. **Revista Território**. Rio de Janeiro, v. 9, p. 25-44, 2000.

CARRARA, Sérgio. A antropologia e o processo de cidadanização da homossexualidade no Brasil. **Cadernos Pagu**. v. 47, e164717, 2016.

CENICEROS, Melina Amao. Cuerpos improprios apropiando el espacio expropiado: las luchas de las mujeres trans en Tijuana. **Polis [online]**. 2020, vol.19, n.55, pp.112-138.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. Ática, 1989.

COSTA, Benhur Pinós da. A relação dialética entre funcionalização e afetividade na construção do espaço urbano: a produção microterritorial e o caso das convivências homoeróticas subterrâneas ao social. **Caesura**, 2005, n. 27, p. 45-68.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

DE LAURETIS, Teresa. **Diferencias: etapas de un camino a través del feminismo**. San Cristóbal, Madrid: Horas, 2000.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o "campo" e para a "arena" do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**. Rio Grande do Norte, v. 3, n. 4, p. 131-158, 2009.

FACCHINI, Regina; CARMO, Íris Nery do; LIMA, Stephanie Pereira. Movimentos feminista, negro e LGBTI no Brasil: sujeitos, teias e enquadramentos. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 41, e230408, 2020.

FACCHINI, Regina; RODRIGUES, Julian. É preciso estar atenta (o) e forte: histórico do movimento LGBT e conjuntura atual. In: NOGUEIRA, Leonardo; HILÁRIO, Erivan; PAZ, Thais Terezinha; MARRO, Kátia (Orgs.) **Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 231-262.

FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. **Cadernos Pagu**. Campinas, n.17/18, p. 09-79, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A Ocupação como forma de acesso à terra. In: **XXIII, Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos**, Washington – DC, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. Presidente Prudente: Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, 2013. Tese (Livre Docência em Geografia).

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: Formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST 1979-1999**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1999. 326 f. Tese (Doutorado em Geografia) -

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, Eliane Tomiase; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-301.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**. São Paulo, v. 15, p. 59-85, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos Socioterritoriais e Movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**. São Paulo, Ed. Especial. p. 07-17. 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Peasant Movements in Latin America. **Oxford Research Encyclopedia of Politics**. p. 1-18, 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a Tipologia de Territórios. In: SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Saverio. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano.; SOBREIRO FILHO, José. Teoria dos Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais. In: SPOSITO, Eliseu Saverio; CLAUDINO, Guilherme dos Santos. (Org.). **Teorias na Geografia: mundos possíveis**. Rio de Janeiro: Consequência, 2023. p. 335-363.

FERREIRA, Carlos. Imprensa homossexual: surge o Lamião da Esquina. **Revista Alterjor**. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-13, 2010.

FERREIRA, Leonardo; SUGUIHIRO, Vera Lucia Tieko. Territórios LGBTIAP+ de Medo, Morte e Resistência em Londrina. **Revista NERA**. Presidente Prudente, SP. v. 27, n. 2, e10110, 2024.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Trad. br. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz & Terra, 2018.

GASTALDI, Alexandre Bogas Fraga et al. **Observatório de mortes violentas de LGBTI+ no Brasil-2020: relatório da Acontece Arte e Política LGBTI+ e Grupo Gay da Bahia**. Florianópolis: Editora Acontece Arte e Política LGBTI, 2021.

GREEN, James N.; QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2023.

HALVORSEN, Sam; FERNANDES, Bernardo Mançano; TORRES, Fernanda Valeria. Mobilising Territory: Socioterritorial movements in comparative perspective. **Annals of the American Association of Geographers**. v. 109, n. 5, p. 1454–1470, 2019.

HALVORSEN, Sam.; FERNANDES, Bernardo Mançano.; TORRES, Fernanda Valeria. Movimentos socioterritoriais em perspectiva comparada. **REVISTA NERA**, [S. l.], n. 57, p. 24–53, 2021.

las luchas de las mujeres trans en Tijuana. **Polis, Revista Latinoamericana**. Santiago, Chile. n. 55, p. 71-85, 2020.

LE BRETON, David. Antropologia do corpo e modernidade. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 45, n. 4, p. 185-188, 2011.

LE BRETON, David. **Adeus ao corpo**. Campinas: Papirus Editora, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Trad. Emilio Martínez Gutiérrez, Madrid: Capitain Swing, 2013.

LUGONES, María. **Colonialidade e gênero**. Tabula rasa, v. 9, p. 73-102, 2008

MATOS, Rogério Botelho de; RIBEIRO, Miguel Ângelo Campos. Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 15, n. 1, p. 57-79, 1995.

MISKOLCI, Richard. Estética da Existência e Pânico Moral. In: RAGO, Margareth e VEIGA-NETO, Alfredo. (orgs.) **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 227-238.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**. v. 28, p. 101-128, 2007.

MOREIRA, Ruy. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. **Geografia, teoria e crítica: o saber posto em questão**. Petrópolis: Vozes, p. 33-63, 1982.

NUNES, Camila Xavier. **Geografias do corpo**: por uma geografia da diferença. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2014. 145f. Tese (Doutorado em Geografia).

OLIVEIRA, Zuleica Lopes Cavalcanti de; VIANNA, Márcia Coelho de Segadas. Trabalho feminino e a situação familiar da mulher nas áreas metropoli-tanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, e Recife. **RBG**, v. 50, n. 2, p. 5-48, 1980.

ORNAT, Márcio José; SILVA, Joseli Maria. Território descontínuo paradoxal, movimento LGBT, prostituição e cafetinagem no sul do Brasil. **GEOUSP Espaço E Tempo (Online)**. São Paulo, v. 18, n. 1, p. 113-128, 2014.

ORTOLANO, Fabio. **Concepções de sexualidade e direitos humanos**: uma análise psicopolítica a partir das Paradas LGBT de São Paulo e Campinas. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, 2015. 236 f. Dissertação (Mestrado em Ciências).

PARIS, Gisele Santana. **Parada do Orgulho LGBT do Rio de Janeiro**: um desfile-mobilização e suas estratégias comunicativas. Rio de Janeiro: Communication School, Federal University of Rio de Janeiro, 2015, 156 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura).

PEDON, Nelson Rodrigo. **Geografia e movimentos sociais**: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

PEDROSO, Mateus Fachin. **Flores e dores, vozes e vidas**: contexto geográfico de mulheres e suas experiências interseccionais em Presidente Prudente, SP. Presidente Prudente: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, 2022. 360 f. Tese (Doutorado em Geografia).

PEDROSO, Mateus Fachin. Políticas públicas e HIV/AIDS: um balanço acerca dos serviços de saúde em Presidente Prudente, SP. **Geopauta**. Vitória da Conquista, v. 7, p. e12354, 2023.

PEREIRA, Matheus Mazzilli; ARAGUSUKU, Henrique Araujo; TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. Direitos humanos em disputa:(des) institucionalização e conflitos entre movimento LGBTQIA+ e ativismo antigênero no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 38, n. 111, p. e3811026, 2023.

PRECIADO, Paul Beatriz. **Manifesto contrassexual**. Práticas subversivas de identidade sexual. Trad. br. Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1, 2017.

SILVA, Joseli Maria. **Geografias Subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

SILVA, Joseli Maria. Amor, paixão e honra como elementos de análise do espaço cotidiano feminino. **Espaço e cultura**. Rio de Janeiro, n. 22, p. 97-109, 2007.

SILVA, Joseli Maria. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios as práticas investigativas da ciência geográfica. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 39-56, 2010.

SIMON, Carolina Russo. Femicídio epistemológico: práticas misóginas na geografia. **Terra Livre**. São Paulo, v. 2, n. 57, p. 166–189, 2022.

SOBREIRO FILHO, José. **Contribuição à construção de uma teoria geográfica dos movimentos socioespaciais e contentious politics**: produção do espaço, redes e lógica-racionalidade espaço-temporal no Brasil e Argentina. Presidente Prudente, SP: Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2016. 440 f. Tese (Doutorado em Geografia).

SOUZA, Wilians Ventura Ferreira; FELICIANO, Carlos Alberto. Que movimento é esse: uma leitura histórica e socioespacial do movimento LGBT de Presidente Prudente/SP. **Geografia em Atos (Online)**. Presidente Prudente, SP. v. 8, n. 15., p. 136-165, 2019.

SOUZA, Wilians Ventura; FELICIANO, Carlos Alberto. Por uma leitura geográfica dos territórios da morte, do medo e de resistência LGBTQIAP+ no Brasil. **Revista NERA**. Presidente Prudente, SP. v. 24, n. 61, p. 87–111, 2021.

Recebido em fevereiro de 2024.

Revisão realizada em março de 2024.

Aceito para publicação em maio de 2024.